



**TRABALHO COOPERATIVO RURAL COMO UMA
FORMA DE EMPODERAMENTO DE MULHERES:
o caso da Associação das Colônias, Castro, Paraná, Brasil**

IX Congreso Internacional Rulescoop

*Respuesta de la Universidad a las necesidades de la economía social ante los
desafíos del mercado*

ALMEIDA, Isabela Santos
PAES, Fernanda de Arruda
RODRIGUES, Lucélia de Fátima
ROSA, Hallison Fernando
SILVA, Márcia Alves Soares da
TORRES, Lillian Cristina Cruvinel
Incubadora de Empreendimentos Solidários –
Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG)
Integrantes (técnicos e bolsistas) da IESol

RESUMO:

Atualmente, muito se discute sobre igualdade de gênero, especialmente com o avanço de políticas públicas destinadas às mulheres. Contudo, tal discussão têm focado principalmente as experiências no espaço urbano, por vezes invisibilizando o contexto rural. Neste sentido, o trabalho apresenta o processo de organização de mulheres em um empreendimento rural, inserido na proposta da economia solidária, tendo como experiência a Associação das Colônias Iapó, Santa Clara e vizinhanças, localizada na área rural de Castro (Paraná - Brasil). A Associação é uma organização produtiva constituída por mulheres agricultoras e composta por dez cozinhas comunitárias. A metodologia =apresenta levantamento teórico-conceitual sobre a discussão de mulher e gênero no contexto capitalista e da economia solidária, o papel e as conquistas das mulheres do campo e a experiência da Associação. Este empreendimento é incubado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) desde 2014, e no processo de incubação, percebeu-se que a Associação conseguiu importantes avanços a partir de políticas públicas que viabilizaram a comercialização de produtos, a consolidação do empreendimento e conseqüentemente o empoderamento e independência financeira destas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; mulheres; políticas públicas; empoderamento; agricultura familiar.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
2. MULHER NO CONTEXTO CAPITALISTA
3. MULHER NO ESPAÇO RURAL
4. MULHER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA
5. A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DAS COLÔNIAS IAPÓ, SANTA CLARA E VIZINHANÇAS
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS
7. REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, os estudos acerca da divisão sexual do trabalho atestam que as mulheres sofreram, e ainda sofrem, grande discriminação e desvalorização ao atuar em espaços produtivos. São atitudes que desqualificam seu trabalho e remuneração enquanto gênero, além de ocultarem a sua importância como força produtiva, relegando sua função à “cuidadora do lar e dos filhos”. Essa situação originou-se anteriormente ao momento de ocupação da mulher no mercado de trabalho, revelando questões culturais e sociais que possibilitaram a manutenção dessa ordem. Isso ocorre tanto no âmbito urbano quanto no rural, embora seja mais acentuado neste último.

Neste contexto, esse trabalho busca relatar a experiência de uma organização produtiva, constituída majoritariamente por mulheres e residentes na zona rural. Antes da instituição da referida organização, as atividades exercidas por elas centravam-se na educação dos filhos e no cuidado da casa, além de “ajudarem” os maridos ou o negócio da família em alguns momentos. A análise ocorre a partir das atividades da Associação das Colônias Iapó, Santa Clara e vizinhanças, localizada na cidade de Castro, no estado do Paraná, Brasil. O grupo busca realizar suas atividades a partir dos princípios da economia solidária (autogestão, cooperativismo, solidariedade, dentre outros), especialmente com o início do trabalho da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG). A Associação apropriou-se da proposta tanto para gerar trabalho e renda para as trabalhadoras e trabalhadores, como para reduzir desigualdades, como por exemplo, a de gênero.

2. MULHER NO CONTEXTO CAPITALISTA

Para entendermos o contexto da mulher na sociedade capitalista contemporânea é necessário compreender que a divisão sexual do trabalho, bem como as relações de gênero, são frutos de uma construção histórica, cultural, social e econômica, anterior à origem do sistema capitalista, que envolvem questões amplas e subjetivas dos espaços públicos e privados. Uma vez que a própria constituição desses espaços estão relacionadas com o modo como se dão as relações sociais, a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres apenas no mercado de trabalho, mas:

recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto, a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino. (Brito e Oliveira, 1998, p.252)

Segundo estudos de Saffioti (1979), a mulher sempre teve participação relevante no que tange a produção de riqueza social e manutenção do ambiente familiar desde épocas pré-capitalistas, onde elas já exerciam diversas funções, seja no campo, nas manufaturas, minas, comércio ou mesmo no trabalho doméstico.

A partir da Revolução Industrial, que foi considerada um marco na consolidação do capitalismo, ocorre forte incorporação das mulheres nas relações produtivas industriais. Entretanto, esse processo não se dá pela emancipação feminina ou por mudanças estruturais nas relações de gênero e, sim, pela configuração do capitalismo emergente. Nesse contexto, Saffioti aponta (1979) que as desvantagens sociais que as mulheres tinham em relação aos homens fez com que a sociedade capitalista em formação pudesse utilizar ao máximo sua mão-de-obra, através “da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos” (Saffioti, 1979, p.36).

Essa situação perdurou por décadas, porém, após a segunda metade do século XX, com as transformações do mundo do trabalho ocorridas na organização, gestão e produção, somadas aos conflitos no espaço sócio-político, possibilitou-se uma reestruturação produtiva, com o ingresso do movimento feminista neste cenário. Este último, por sua vez, atuou reivindicando direitos e desmitificando a mulher como o ideário de cuidadora do lar e educadora de filhos, fazendo oposição às opiniões da estrutura conservadora.

Harvey (1992) argumenta que nas últimas décadas houve um reordenamento não só no mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais em relação à maternidade, sexualidade e família passam a ser reformulados, alterando práticas cotidianas e mentalidades. Apesar disso, não é correto afirmar que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança significativa na vida das mesmas. Elas ainda continuam tendo responsabilidades pelas atividades reprodutivas, pelos cuidados com os membros da família e com a casa, além de serem vistas como aquelas que “ajudam no orçamento familiar”, enquanto o papel de provedor cabe aos homens.

Na verdade, o trabalho feminino remonta um paradoxo, uma vez que há a inserção da mulher na produção, enquanto o mundo trabalhista também enfrenta precarizações nas formas de produzir. Ainda assim, são rejeitadas diante da premissa que a mulher não é capaz de produzir tanto quanto o homem, têm menos força e, portanto, são remuneradas injustamente. Aparecem como propriedade do capitalismo, sobrecarregadas de conclusões injustas, pois ao saírem de seus lares, são vistas

como mães que abandonam seus filhos, taxadas pelo conservadorismo que ocasiona a degradação moral do mundo feminista.

Dessa forma, ressaltam-se as dificuldades encontradas pelas mulheres no mundo capitalista, tendo em vista que o acúmulo de funções desvaloriza seu próprio trabalho, pois o ponto de vista conservador caracteriza o trabalho destas como discrepante ao dos homens. Essa argumentação parece estar direcionada ao espaço urbano, onde a presença de mulheres se dá com maior facilidade nos ambientes produtivos e no que tange a sua remuneração. Porém, a discussão aqui realizada refere-se ao espaço rural, onde a mulher, além de cuidar da casa e dos filhos, é vista exercendo apenas um papel secundário, de ajuda ao provedor.

3. MULHER NO ESPAÇO RURAL

A agricultura familiar se dá pela relação de trabalho, terra e família, assim a divisão sexual do trabalho cumpre um papel significativo nessa relação, onde o homem é o principal responsável pelo que se produz e o trabalho da mulher quando não se dá pelo espaço privado da casa é visto como complementar e inferior. Mesquita considera que:

O não reconhecimento do papel da mulher sugere que ele não gera valor econômico e social, assim, a gratuidade do trabalho da mulher no meio rural contribui para a sua 'invisibilidade' na agricultura familiar e no não reconhecimento do seu trabalho. (MESQUITA, 2014, p.99).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo, realizado em 2010, o Brasil contava com uma população de 190 milhões de pessoas, sendo que apenas 30 milhões residiam na área rural. Segundo o IBGE este êxodo vem acontecendo desde a década de 1980 no país (Brasil). Além deste fenômeno (de saída das pessoas do meio rural para o urbano), a taxa de fecundidade também vem caindo. Na década de 1980 este índice era de 6,4 filhos por mulher da área rural, um número bem mais elevado do que o da área urbana, contudo em 2010 a taxa apontava 3,5 filhos por mulheres deste mesmo espaço.

Na zona rural, a característica nacional demonstra que existem mais homens do que mulheres nesse meio. No Paraná, essa diferença chega a mais de 42 mil representantes do sexo masculino. Esses dados refletem o êxodo rural feminino mais acentuado, explicado por vários fatores, tais como exclusão da mulher na herança da terra, divisão do trabalho e o maior grau de escolaridade delas.

Desde o nascimento até a vida adulta a mulher é educada para cuidar da casa e dos filhos e no meio rural não é diferente. Segundo Mesquita (2014), "sua função é invisibilizada pois essas tarefas não geram renda".

Brumer (2008) destaca que há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, sendo lhes reservadas atividades consideradas domésticas. Também descreve o trabalho da mulher na agricultura como ‘ajuda’ aos maridos e a família, mesmo que executando as mesmas tarefas, pois sua ocupação principal seria cuidar dos filhos e da casa. “As tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como ‘ajuda’”(BRUMER, 2004, p.7).

A mulher, então, tem autonomia apenas no âmbito doméstico, onde é responsável pela educação dos filhos, alimentação, limpeza da casa e dos recursos destinados ao consumo doméstico. Assim, somente são consideradas eventuais vendas de bens produzidos por elas, produtos como ovos e queijos.

O serviço doméstico das mulheres no meio rural é o mais importante e Paulilo aponta que “o trabalho feminino é mais uma consequência da disponibilidade de trabalho e do momento do ciclo familiar que a busca de uma carreira profissional ou independência financeira por parte das esposas” (PAULILO, 2003, p. 2). Sendo assim, a tradição paternalista se mantém, já que se atribui ao homem o papel de sustentar financeiramente a família.

Também existe a cultura de herança em que as mulheres são excluídas, as terras ficam para os homens e as mulheres nesse contexto só ficam com a terra caso seja filha única ou permaneçam solteiras:

As mulheres, ao mesmo tempo em que não são reconhecidas como prováveis “chefes” da unidade produtiva, entram nesta atividade através do casamento. De qualquer forma, as mulheres são encaminhadas a diferentes formas de desistência da terra familiar (casamento com dote, êxodo, celibato), que podem ser considerados equivalentes a mecanismos de exclusão feminina da chefia de estabelecimentos agrícolas. (BRUMER, 2011, p.13)

A mulher é excluída de qualquer atividade que envolva relação direta com recursos econômicos desde a propriedade da terra até a produção que gera a renda familiar, sendo destinada a elas o espaço da casa e a responsabilidade com os filhos.

Nesse cenário cético, destaca-se o surgimento, em meados da década de 1980, de dois movimentos de mulheres na região sul do Brasil, que se organizaram na área rural e tiveram participação importante na reivindicação dos direitos trabalhistas destinados ao público feminino, são eles; o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). A licença-maternidade, a regularização dos direitos de aposentadoria por idade e o auxílio acidente de trabalho foram as principais bandeiras levantadas. Na Constituição de

1988 as mulheres do meio rural foram reconhecidas como “trabalhadoras rurais” e assim puderam ter os seus direitos legais assegurados.

4. MULHER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Embora exista uma grande discussão em torno da desvalorização do trabalho feminino, as mulheres são cada vez mais responsáveis pelo subsídio financeiro em seus lares (vide Bolsa Família). Percebe-se que há uma acentuada inserção das mulheres no mercado de trabalho, embora ainda em condições precárias, de desigualdades de salário e preconceito de gênero. Também é possível verificar que a presença das mesmas, por vezes, se restringe ao trabalho doméstico, que pode ser temporário, informal, sem direitos trabalhistas, com sobrecarga de afazeres, e que contribui para a dupla jornada de trabalho, já que se estende ao trabalho doméstico realizado em suas casas.

Este contexto contribui para a continuidade das relações assimétricas entre os gêneros no mercado de trabalho, tanto em relação à remuneração, quanto à marginalização das mulheres (CAPPELLIN, 2004 *apud* RAMOS, 2011). Consequência disto é que as mulheres são mais expostas aos aspectos relacionados à pobreza e à exclusão que resultam em processos de quebra de vínculos sociais fundamentais para a vida em sociedade (RAMOS, 2011)

A economia solidária busca interações sociais que vinculem solidariedade, participação democrática e emancipação social, sendo o trabalho um espaço de constituição de identidade e de ação individual e coletiva.

A partir de iniciativas populares, como o associativismo e cooperativismo, baseados nos princípios da economia solidária, a participação das mulheres e uma possível igualdade de gênero têm surgido, possibilitando uma nova configuração social e do trabalho, bem como a defesa de direitos sociais, valorização do trabalho, horizontalidade do diálogo e das ações, além da emancipação das mulheres, especialmente no cotidiano familiar (RAMOS, 2011).

No atual cenário, as associações e cooperativas de economia solidária além de propiciar a produção de renda, possibilitam uma maior autonomia, auto-estima e participação democrática das mulheres, afinal, são pré-requisitos fundamentais da economia solidária. Além disso, as organizações solidárias possibilitam colocar em prática projetos adequados às suas vivências e experiências, ou seja, priorizam o cotidiano e o contexto dos trabalhadores e trabalhadoras (OLIVEIRA, 2008; RAMOS 2011).

Quando assumem a proposta da economia solidária, alguns elementos relevantes são propiciados às mulheres como a justiça de proximidade, espaços de

discussão, reflexão e deliberação coletiva, redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil (OLIVEIRA, 2008).

Em tal proposta, o trabalho é construído como espaço de constituição de identidade e de ação individual e coletiva. A economia solidária se fortalece num momento de precarização do trabalho, o que possibilitou duas formas de gestão: informalidade e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), culminando em um importante processo de reinserção social, o que inclui as mulheres. Oliveira (2008) afirma que nas últimas décadas foi possível perceber a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho, resultado de transformações de cunho econômico e cultural. Neste sentido, a economia solidária surge como uma oportunidade de emancipação destas mulheres, em todas as esferas do seu cotidiano, possibilitando a diminuição de desigualdades sociais e de gênero, sendo muito frequente a auto-organização destas mulheres, fortalecendo a solidariedade e confiança dos envolvidos.

Ramos (2011) acredita que embora nitidamente os EES não forneçam as melhores condições de trabalho, o fato de possibilitar a independência financeira dos maridos já representa muitos ganhos para as mulheres. Tal independência pode ser um meio de melhorar a auto-estima, a possibilidade de ter acesso a bens de consumo e melhores condições de alimentação. Na economia solidária as trabalhadoras, especialmente as mais pobres, têm tido a oportunidade de redesenharem-se como agentes, de mostrarem um potencial propositivo na economia e de posicionarem-se contra uma série de estigmas sobre o perfil da mulher pobre que trabalha.

Assim, esta proposta econômica revelou-se estratégica para ser apropriada por um grupo situado no espaço rural, constituído principalmente por mulheres, como uma forma de geração de trabalho e renda e redução de desigualdades.

5. A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DAS COLÔNIAS IAPÓ, SANTA CLARA E VIZINHANÇAS

Castro é um município do estado do Paraná, Brasil, localizado a 150 km de sua capital (Curitiba), em uma região conhecida por “Campos Gerais”. A economia da cidade é movimentada, principalmente, pela agropecuária, com intensa produção de grãos e leite. A agricultura familiar na localidade é subjugada pelos grandes produtores, onde se privilegia o agronegócio e, conseqüentemente, oferece poucas oportunidades aos produtores familiares que ali lutam para manter as terras produzindo.

A Associação das Colônias Iapó, Santa Clara e vizinhanças formalizou-se no ano de 2010, embora desde 2005 já ocorriam reuniões mensais do grupo em função da certificação de produtos orgânicos, realizada pela Rede Ecovida de Agroecologia. Dessa forma, o processo associativista teve início primeiramente, por pequenos

agricultores e integrou, em um momento posterior, as mulheres (companheiras, esposas e familiares).

A formalização possibilitou aos produtores familiares a participação em programas institucionais (considerados políticas públicas) como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A participação inicial no PNAE se deu a partir de entrega de produtos *in natura* como frutas, legumes e verduras. Contudo, essa entrega não era tão significativa para a merenda escolar do município, o que motivou as mulheres da associação a realizarem cursos de capacitação no Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e investir de forma coletiva na construção de cozinhas comunitárias, com o objetivo de produzirem artesanalmente produtos de panificação e/ou legumes pré-processados.

As cozinhas são constituídas, em sua maioria, por pessoas que possuem laços familiares e/ou vizinhas, estando situadas próximas as casas das integrantes. Atualmente, a associação conta com dez unidades produtivas, compostas exclusivamente por mulheres, sendo a gestão de cada cozinha realizada pelas produtoras que a compõem, decidindo em conjunto suas necessidades específicas e dividindo de forma justa despesas e sobras.

A associação atende as exigências legais para manter o seu funcionamento, ou seja, cumprem com as obrigações fiscais, contábeis, nutricionais e da vigilância sanitária. Contudo, enfrentam problemas como logística, falta de alguns equipamentos estratégicos e novos pontos de comercialização.

A organização das cozinhas comunitárias contribuiu para geração de trabalho e renda para as mulheres da comunidade, permitindo independência financeira, sendo também uma alternativa ao trabalho com a agricultura, até então a opção mais viável.

Os integrantes da associação esperam oferecer aos jovens opções de trabalho para que eles não saiam do campo. Entendem que é possível ter qualidade de vida no espaço rural, evitando assim que os mesmos engrossem as estatísticas de êxodo rural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, Ramos (2011) acredita que é notável a inserção da mulher no mercado de trabalho com desigualdade nas condições, desvalorização, má remuneração, hostilização, preconceito e funções classificadas como menos qualificadas. Assim, a apropriação dos princípios da economia solidária por essas mulheres torna-se uma possibilidade de igualdade de gênero.

Considera-se que a maior conquista das cozinhas comunitárias da Associação é sem dúvida o empoderamento das mulheres, o aumento da auto-estima e a melhoria da qualidade de vida das famílias. O empreendimento trouxe para as mulheres das comunidades rurais uma opção de renda própria, visto que antes elas eram totalmente dependentes do marido, e trabalhavam na roça com eles. Hoje estas mulheres trabalham em local agradável, próximo as suas casas e dos filhos, que não precisam ficar sozinhos em casa ou serem levados a lavoura.

A forma de organização estabelecida na Associação das Colônias possibilitou as mulheres o acesso ao meio produtivo no espaço rural, assim como o reconhecimento de suas funções para além do ambiente doméstico. Tal organização também facilitou o acesso delas às políticas públicas e a posterior continuidade e consolidação das unidades produtivas.

7. REFERÊNCIAS

Livro:

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Vozes. Petrópolis, 1979.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª Edição. Fundação Perseu Abramo, 2002.

Artigo:

BRITO, J. e OLIVEIRA, O. **Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade nos Espaços de Trabalho**. In: FILHO, F.S e JARDIM S. (orgs.) *A Danação do Trabalho*. Te Corá. Rio de Janeiro. 1997.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Florianópolis. Estudos Feministas, 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele; **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista NERA, v.11, p.1-12, 2008.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires. **Relações de gênero na comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v.5, n.1, p. 98 - 113, jan. / jul. 2014.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. **Mulheres e economia solidária - possibilidades de reconhecimento e emancipação social**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 325 a 33.

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio.** Santa Catarina. Cadernos de Pesquisa UFSC,2003.

RAMOS, Alyson. **MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA DE INSERÇÃO SOCIAL AO MERCADO DE TRABALHO.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Agosto 2011. Disponível em <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307736226_ARQUIVO_TrabalhoCompletoCONLAB.pdf> Acesso 12 maio 2015.

Contribuição:

IBGE, **Censo Demográfico 2010.** Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>> Acesso em 25 maio 2015.